

Boticas recorre a instâncias europeias para impedir mina



Mina de lítio do Barroso, no concelho de Boticas, que terá uma área de 593 hectares

APA concedeu declaração de impacte ambiental favorável condicionada à Savannah. Câmara não se conforma

Eduardo Pinto
eduardo.pinto@ext.jn.pt

POLÉMICA A Câmara Municipal de Boticas admite recorrer a instâncias europeias se não conseguir forma em Portugal de travar o avanço de uma mina de lítio no concelho. O projeto da empresa Savannah obteve uma declaração de impacte ambiental (DIA) favorável condicionada por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A Savannah anuncia, em comunicado, que se congratula com a deliberação da APA. De acordo com Dale Ferguson, CEO da empresa, “a decisão é positiva”, pois trata-se de “um passo extremamente importante, não só para o desenvolvimento do Projeto Lítio do Barroso, mas também para a indústria de matérias-primas do lítio em Portugal”. Assegura ainda o “compromisso da Savannah com práticas responsáveis”, que “minimizem o

impacte e partilhem os benefícios socioeconómicos”.

“O sentimento que tenho é de tristeza e de desilusão, porque não foi tida em linha de conta a vontade das pessoas”, reage, ao JN, o presidente do Município de Boticas, Fernando Queiroga. “Sempre nos foi dito que não haveria nenhuma iniciativa destas que fosse contra as pessoas”, insiste.

Daí que Fernando Queiroga não entenda “como é que a APA deu este parecer favorável condicionado”. Está convencido de que se “a quantidade de lítio que dizem que existe em Covas do Barroso existisse no Terreiro do Paço, em Lisboa, garantidamente o parecer não seria este”. Mas, como Boticas “está longe do centro de decisão”, tudo é feito com “esta ligeireza”.

“DESRESPEITO PELOS DIREITOS”

Esta “ligeireza” de que fala Fernando Queiroga tem a ver com o “parecer favorável com algumas condicionantes” e com o processo de fiscalização da sua aplicação. “Sabemos o que as entidades fiscalizadoras de iniciativas destas fazem. Não vão lá, nem querem saber.” Nomeadamente “a APA e a Direção-Geral de Energia e Geologia, entre outras”, critica.

O povo do Barroso está “desiludi-

do”, mas “não vai baixar os braços”. “Estamos com a força toda, enquanto houver argumentos e instrumentos ao dispor do Município de Boticas para que isto não vá avante”. Fernando Queiroga diz que vai reunir com os consultores que têm acompanhado o processo para a Câmara de Boticas e ver “qual a possibilidade de recorrer quer para as instâncias nacionais quer para as internacionais”.

Também a Associação Unidos em Defesa do Barroso repudia “veementemente” a decisão da APA de conceder a DIA favorável condicionada à Savannah para a exploração de lítio, em Boticas. Considera que se trata de “um desrespeito pelos direitos ambientais, humanos e sociopolíticos” e diz estar “perplexa” pela aceitação deste projeto, uma vez que já foi “consistentemente rejeitado por especialistas ao longo de dois anos”.

Segundo a associação, “face aos irremediáveis e devastadores impactos ecológicos, ambientais e socioeconómicos” que a exploração a céu aberto vai ter, observa que é “inaceitável que a APA legitime um projeto desta natureza”. E, tal como tem feito até agora, promete que vai continuar a “defender a natureza e a proteger as populações da ameaça de minas”. ●



Duarte Cordeiro
Ministro do Ambiente

“Estou absolutamente convicto de que tudo terá sido feito com o maior rigor”



Nuno Lacasta
Presidente da APA

“Tínhamos de o fazer com os níveis mais altos de exigência ambiental e foi assegurado”

CONTEXTO

Primeira vez em Portugal

A Savannah realçou, em comunicado, que “esta é a primeira vez que um projeto de lítio em Portugal tem uma declaração de impacte ambiental favorável”. Acrescentou que, após a decisão, pode “iniciar a próxima fase de desenvolvimento do projeto ao nível do licenciamento”.

Compensações

Segundo a APA, a mina do Barroso tem de obedecer a “exigentes requisitos ambientais”, vai incluir “um pacote de compensações socioeconómicas” e a construção do “Acesso Norte”, que ligará a zona da Carreira da Lebre ao Nó de Boticas/Carvalhinhos da Autoestrada 24”.

DADOS

17

anos

é a duração estimada para a concessão da mina de lítio do Barroso, no concelho de Boticas, que terá uma área de 593 hectares.

“Guerra ao povo”

A Associação Povo e Natureza do Barroso disse que, com esta decisão, mineradoras, Governo, APA e DGEG “declararam literalmente guerra ao povo do Barroso”.

Desrespeito pelo ambiente

A Associação Unidos em Defesa do Barroso afirmou, em comunicado, que a decisão é “um desrespeito pelos direitos ambientais, humanos e sociopolíticos”